

## Intelectuais pela liberdade:

cultura, política e o delito de opinião na ditadura militar brasileira  
Rodrigo Czajka

**Como citar:** CZAJKA, R. Intelectuais pela liberdade: cultura, política e o delito de opinião na ditadura militar brasileira. *In:* TOTTI, M. A.; CZAJKA, R. (org.). **Intelectuais, cultura e pensamento social no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 117-136.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-056-3.p117-136>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# INTELECTUAIS PELA LIBERDADE: CULTURA, POLÍTICA E O DELITO DE OPINIÃO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

*Rodrigo Czajka*

## 1. ESQUERDAS EM BUSCA DE HEGEMONIA NA PRODUÇÃO CULTURAL?

Na medida em que diversas entidades ligadas à esquerda política eram desarticuladas com o golpe de Estado em 1964, tendo muitos de seus integrantes presos ou cassados por seguidos atos repressivos do governo, outras inúmeras formas de articulação fizeram-se tangíveis no horizonte das oposições ao regime militar no Brasil. Como já apontado em inúmeras análises (FICO, 2004; MOTTA, 2014; NAPOLITANO, 2013; RIDENTI, 2000; STEPHANOU, 2001) a onda repressiva abateu-se, num primeiro momento, diretamente sobre setores que possuíam vínculos orgânicos

e diretos com movimentos sociais, estes, sobretudo contemplados pelas propostas reformistas do governo de João Goulart (1961-1964)<sup>1</sup>.

Entretanto, toda uma recomposição das esquerdas se fez noutra esfera de atuação. Se o golpe havia tolhido as possibilidades de articulação no espaço das representações políticas ou mesmo dos movimentos sociais, o mesmo não se aplicou a certos espaços de intelectuais, artistas e produtores culturais no eixo Rio-São Paulo. Responsáveis por inúmeras campanhas em defesa das liberdades de expressão e de criação, investiram num amplo debate sobre seus papéis no processo de construção do projeto nacional e seu desenvolvimento. Tendência que se iniciou mesmo antes de 1964 e proporcionou o surgimento de vários atos em defesa cultural, bem como de fortalecimento de sua dimensão nacional e popular (NAPOLITANO, 2017, p. 59-98). Vale ressaltar, contudo, que essa reconfiguração da cultura por intelectuais e artistas não se deu de forma programática ou organizada no interior de “movimentos culturais”. Houve, por certo, considerável expansão de um mercado de bens culturais na passagem da década de 1950 para 1960 (ORTIZ, 1988), assim como uma diversificação maior dos debates entre as esquerdas que formaram uma oposição e uma resistência à ditadura após 1964.

Evidente que essa fragmentação deve ser compreendida nos termos dos debates que se desdobraram na década de 1960. Que a formação de “grupos” de intelectuais e artistas na construção das oposições ao governo militar também precisa ser problematizada. Quando da disseminação de diferentes propostas e projetos de resistência, intelectuais, artistas e produtores culturais de esquerda operaram a partir daquilo que Raymond Williams denominou de formações culturais<sup>2</sup>. Ou seja, mais que pressupor

---

<sup>1</sup> Entre os cassados pelo Ato Institucional nº 01, outorgado em 09 de abril de 1964 estavam os nomes de João Goulart, Jânio Quadros, Luis Carlos Prestes, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Rubens Paiva, Plínio Arruda Sampaio, Celso Furtado, Josué de Castro, Almino Afonso, Darcy Ribeiro, Samuel Wainer, Nelson Werneck Sodré entre outros nomes da área política e sindical. Bem como 122 oficiais expulsos das Forças Armadas.

<sup>2</sup> Segundo Raymond Williams, “nenhum relato completo sobre determinada formação ou tipo de formação pode ser feito sem estender a descrição e análise para a história geral, onde a ordem social como um todo e todas classes e formações podem ser adequadamente tomadas em consideração. [...] Do mesmo modo, nenhum relato completo sobre uma formação pode ser feito sem atentar para as diferenças individuais no seu interior. Pode-se observar que formações dos tipos mais modernos ocorrem, tipicamente, em pontos de transição e intersecção no interior de uma história social complexa, mas os indivíduos que ao mesmo tempo constroem as formações e por elas são construídos têm uma série bastante complexa de posições, interesses e influências diferentes, alguns dos quais resolvidos pelas formações [...] e outros que permanecem como diferenças internas, como tensões e, muitas vezes, como os fundamentos para divergências e rupturas subsequentes, e para ulteriores tentativas de novas formações. [...] É, pois, aprendendo a estudar a natureza e a diversidade das formações culturais

uma unidade e homogeneização das lutas da oposição, configurou-se um diversificado quadro de oposições que, de certa maneira, também representava as revisões e dissidências no quadro político das esquerdas, em especial no interior do partido de esquerda então proeminente: o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Talvez uma das análises mais consagradas, produzida no calor dos eventos daqueles anos exacerbantes da repressão, tenha sido a de Roberto Schwarz. Seu ensaio, intitulado *Cultura e política: 1964-1969*, foi publicado originalmente na revista *Les Temps Modernes* e trazido ao público brasileiro somente em 1978 (SCHWARZ, 1978, p. 61-92)<sup>3</sup>. Entre as hipóteses desenvolvidas, talvez a mais significativa que permaneceu no núcleo de sua análise, seja o processo de formação daquilo que o autor denominou de “hegemonia cultural de esquerda”. Para Schwarz, o dado mais interessante observado entre as esquerdas, em especial no modo como suas produções artístico-culturais foram concebidas a partir do golpe de 1964, é “que a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer” (SCHWARZ, 1978, p. 62). Ou seja, ainda que a repressão exercida pelos governos militares fosse crescente, que fossem extintas diversas entidades e organizações de esquerda, que houvesse a pulverização do PCB e a fragmentação dos partidos políticos em pequenos grupos de militantes que alimentavam as guerrilhas urbanas, e que, finalmente, ocorresse o fechamento dos espaços de discussão e debate das esquerdas, havia ainda assim uma vasta produção cultural e artística voltada para um público afeito, interessado nas pautas e demandas da esquerda e do seu engajamento cultural. Como escreveu Schwarz (1978, p. 62):

---

que podemos caminhar na direção de uma compreensão mais adequada dos processos culturais imediatos da produção cultural. (WILLIAMS, 1992, p. 85).

<sup>3</sup> A propósito, essa recepção tardia justifica-se basicamente em um aspecto fundamental: com a abertura democrática, a partir da segunda metade da década de 1970, houve também uma abertura ao debate que possibilitou a muitos intelectuais, interpretações e revisões dos postulados políticos e ideológicos sustentados na década anterior. O fortalecimento de novos espaços políticos e a emergência de novos agentes de transformação social, por sua vez, permitiram uma “leitura distanciada” e mais “crítica” sobre os eventos vividos pelas esquerdas durante nos primeiros anos da ditadura militar. Nesse sentido, a estruturação das universidades como polos de pesquisa e o fortalecimento e a autonomia do ambiente acadêmico propiciaram a produção de inúmeras análises acerca da realidade brasileira, da política nacional, da cultura, criando condições para um debate muito rico e importante do ponto de vista científico. O ensaio de Schwarz foi publicado no Brasil nesse contexto de renovação dos debates, na segunda metade da década de 1970.

Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural de esquerda no país. Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estreias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia – que agora periclita, quando a ditadura decretou penas pesadíssimas para a propaganda do socialismo – é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 1964 e 1969.

Schwarz não foi o primeiro a notar esse entusiasmo das esquerdas em concomitância repressiva dos primeiros governos militares. No jornal carioca *Correio da Manhã*, no ano de 1965, o jornalista Hermano Alves já havido tecido alguns comentários sobre a produção cultural de esquerda, num artigo intitulado “A esquerda festiva”. Em tom confessional, Hermano Alves (1965, p. 6) escrevia:

Faço, agora, por lembrar-me da emoção que causou, outro dia, o espetáculo *Liberdade Liberdade*, encenado aqui no Rio, pelo Teatro de Arena de São Paulo. A liberdade parece renascer no Centro Comercial de Copacabana (não deixa de haver um certo simbolismo em tudo isso), entre quatro paredes de um concreto despido e bruto [...]. Do outro lado da rua, no intervalo, via-se um cartaz [...], recomendam desesperadamente, ao povo, que compre o que puder, enquanto puder [...]. Mas eu não era autor, nem crítico quando entrei no Teatro de Arena [...]. Era um espectador como todos os outros. Talvez mais sofisticado do que muitos deles. Ou politizado, se quiserem. E o que vi e ouvi me causou uma profunda satisfação, animando-me a prosseguir no trabalho que tenho procurado realizar, na imprensa e fora dela. E por isso considero que a esquerda festiva está cumprindo uma tarefa da maior importância. Não sou eu, apenas, que reconhece isso.

A diferença entre as análises de Alves e Schwarz é bastante tênue e auxilia a compreender melhor o fenômeno da produção e circulação culturais entre as esquerdas no contexto repressivo. Embora o ensaio de Schwarz tenha sido consagrado pela acuidade teórica ao abordar tais problemas através de um prisma sociológico, vinculando sua análise a

questões mais amplas da produção cultural na sociedade brasileira na década de 1960, sua escrita, ainda assim, está imersa nos debates polissêmicos sobre o papel da cultura, dos artistas, intelectuais e produtores culturais na oposição ao regime militar. A popularização desse ensaio apenas no final da década de 1970, conferiu à análise um estatuto crítico e revisionista que, de certa forma, imunizou-o no ambiente acadêmico ao considerar a produção e a circulação de bens culturais das esquerdas através do conceito de *hegemonia*. Isso ocorreu devido ao próprio modo como se deu a recepção do ensaio de Schwarz. Ou seja, sua leitura dos fenômenos das esquerdas culturais na década de 1960 coincidiu com a forma pela qual se empreendiam revisões sobre a vida nacional, sobre o papel das esquerdas e dos intelectuais na emergência dos novos movimentos sociais, a abertura democrática, patrocinada pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Esse foi o principal uso conferido ao ensaio de Schwarz por sua geração ao analisar o fenômeno do populismo da esquerda na década anterior<sup>4</sup>.

Entretanto, seu texto também possui o estatuto de fonte ou documento, assim como o de Hermano Alves – e daí a similitude entre ambos no que concerne à análise da resistência e hegemonia culturais. A diferença entre as duas perspectivas está no fato que Schwarz definiu seu objeto a partir da formação de uma *hegemonia cultural* das esquerdas, em vez de constituição da *resistência cultural* ao regime militar, como fez Alves. A questão analisada do ponto de vista da “resistência”, apenas estaria centrada na constatação da contraposição de forças mobilizadas por dois grupos distintos, entre os quais, a disputa em si mesma formaria o núcleo das tensões e da própria resistência. O embate entre tais forças, a saber, o governo militar e as oposições, estaria determinado por disputas localizadas e esgotadas no interior dos grupos onde estas resistências foram gestadas. A resistência exercida dessa maneira, apenas por grupos ou agremiações políticas específicas, não resultaria, na maioria das vezes, num projeto efetivo de enfrentamento que mobilizasse diferentes grupos sociais contra a repressão; a resistência, dessa forma, representaria apenas uma ação (ou intenção?) localizada e situar-se-ia num contexto específico em que a repressão atuaria de forma também específica.

---

<sup>4</sup> Sobre o aspecto preciso do populismo como categoria de análise dos movimentos na década de 1960, consultar (SZWAKO; ARAÚJO, 2019).

Quanto ao conceito de “hegemonia”, nele está contido não só a noção de resistência, bem como outros elementos que permitem, por exemplo, entender como foi possível a resistência ser reproduzida social e culturalmente. Noutras palavras, procurou problematizar como grupos sociais não atingidos, num primeiro momento, diretamente pela repressão conceberam a resistência e o engajamento na forma de símbolos de organização política, formulando um aspecto aparentemente homogêneo e unitário de resistência por meio das produções culturais. Assim, a diferença entre *hegemonia cultural* e *resistência cultural* parece estar no fato da primeira trazer consigo um conjunto de valores compartilhados (como de engajamento, protesto, resistência etc.), a partir de uma linguagem comum e pressupondo uma universalidade da cultura e de seus produtos, acessíveis sobretudo num mercado de bens simbólicos e culturais (BOURDIEU, 2004, p. 99-182). Ou seja, considerar a organização das esquerdas culturais na década de 1960 a partir da noção de relativa *hegemonia cultural* é conceber que as resistências culturais desorganizadas faziam-se uniformes e unificadas à medida que essa mesma hegemonia das esquerdas na cultura construía-se pelo viés do mercado ou da indústria cultural incipiente. Este mesmo mercado que transformava a resistência política desorganizada em símbolos culturais de toda uma geração de intelectuais e artistas, através de produtos específicos como a música, o teatro, o cinema, a literatura etc. (NAPOLITANO, 2017, p. 99-150). Por isso o domínio da hegemonia, segundo Schwarz (1978, p. 73),

[...] concentra-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas, a parte racionante do clero, arquitetos, etc., – mas não sai daí, nem pode sair, por razões policiais. Os intelectuais são de esquerda, e as matérias que preparam de um lado para as comissões do governo ou do grande capital, e de outro para as rádios, televisões e os jornais do país, não são. É de esquerda somente a matéria que o grupo – numeroso a ponto de formar um bom mercado – produz para consumo próprio.

Dessa forma, a relativa hegemonia cultural de esquerda seria definida a partir de um amplo imaginário, compartilhado por intelectuais e artistas de esquerda no questionamento do imperialismo, no enfrentamento do autoritarismo dos governos militares e em favor do desenvolvimento

da cultura nacional. Ao passo que as resistências estariam submetidas a disputas específicas de setores, também específicos da produção cultural de esquerda<sup>5</sup>.

No entanto, o dado interessante e, muitas vezes não observado pelas pesquisas sobre os movimentos sociais e o processo de organização das esquerdas a partir da década de 1960, é sua associação a um mercado de bens culturais, bem como a estruturação de uma indústria cultural, constituindo a partir dela uma cadeia de comunicação e informação composta por emissoras de rádios e TVs, revistas, jornais, livros, etc. Schwarz não apontava a indústria cultural como elemento aglutinador das atividades de esquerda, mas sugeria a formação de um mercado enquanto “solução formal”, que estruturava a comunicação e reforçava o debate em torno dos temas, como o engajamento cultural. Segundo ele,

[...] o processo cultural, que vinha extravasando as fronteiras de classe e o critério mercantil, foi represado em 64. As soluções formais, frustrado o contato com os explorados, para o qual se orientavam, foram usadas em situação e para um público a que não se destinavam, mudando o sentido. De revolucionárias passaram a símbolo vendável da revolução. Foram triunfalmente acolhidas pelos estudantes e pelo público artístico em geral. [...] Formava-se assim um comércio ambíguo que de um lado vendia indulgência afetivo-políticas à classe média, mas de outro consolidava a atmosfera ideológica. (SCHWARZ, 1978, p. 79-80).

Na grande maioria das análises subsequentes que apreciaram o contexto a que se refere Roberto Schwarz, o problema do mercado de bens culturais ou mesmo da indústria cultural não é considerado no mesmo compasso da formação do movimento político das esquerdas, base desse mercado incipiente. Durante a década de 1970 as investigações que analisaram esse aspecto estiveram, na maioria das vezes, difusas no campo da comunicação de massa e dos meios de comunicação, em geral. Por outro lado, essa associação entre setores da esquerda e o mercado, bem como as ideologias das esquerdas culturais resultantes dessa combinação,

---

<sup>5</sup> Essa especificidade pode ser detalhada, por exemplo, na consideração que José Joaquim Brunner faz dos chamados “circuitos culturais”. Segundo ele, “chamamos a combinação típica de agentes e instâncias institucionais de organização um *circuito cultural* que contempla, por sua vez, as fases de produção, transmissão e consumo dos respectivos bens culturais”. (BRUNNER, 1992, p. 252).

foram definidas *pari passu* por uma proposição muito usual nas ciências sociais, empregada para explicar as atipicidades geradas na tensão entre engajamento político e indústria cultural: o populismo (SZAWKO; ARAÚJO, 2019).

Mas se antes, a relativa “hegemonia cultural de esquerda” era apenas uma intenção na composição do amplo e diversificado leque ideológico da Frente Ampla das oposições, a partir de então, o cenário político e cultural sofreu transformações importantes. Ocorreria, pois, uma intensificação da produção cultural em todos os níveis, que favorecia a relação entre produtores culturais de esquerda e as organizações comerciais e de difusão cultural – estas, em expansão comercial nunca antes vista. O teatro, o cinema, as artes plásticas, a música, a literatura foram não somente alimentados por novas ideias e novos projetos políticos, frente à aparente distensão do governo instaurado em 1964, mas também favorecidos pela formação de novos públicos consumidores de cultura, devotados à questão do nacional-popular através do filtro da indústria cultural (NAPOLITANO, 2017, p. 99-150).

## **2. A EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, ÊNIO SILVEIRA E AS EPÍSTOLAS AO MARECHAL**

A editora Civilização Brasileira (ECB), reconhecidamente uma editora que sob direção de Ênio Silveira consolidou-se comercialmente a partir de um projeto editorial de esquerda (HALLEWELL, 1985, p. 431-461), esteve imersa nessa conjuntura política e participou ativamente na constituição de redes intelectuais por toda década de 1960. Sua atuação no mercado editorial, como detalhada anteriormente (CZAJKA, 2010), foi decisiva no sentido da ampliação e fortalecimento de um espaço de debates sobre os rumos da vida nacional e as subsequentes revisões políticas e ideológicas pelas quais passaram as esquerdas naquele mesmo período. Mais que um militante comunista, Ênio foi a personificação do profissional que conseguiu não somente criar uma linha editorial que contemplasse os debates abertos pelos intelectuais de esquerda na década de 1960, mas também organizar no setor editorial seu próprio mercado e público para suas edições. Esse era, aliás, um dos fatores que chamava atenção dos militares para a Civilização Brasileira que, desde 1958, estava

em compasso com inúmeras iniciativas que levaram a cabo a chamada “subversão comunista” (HALLEWELL, 1985, p. 488-497).

Essa importância da editora já aparece, por exemplo, nas investigações que os militares realizaram sobre a empresa de Silveira. Sua intimação para depor num Inquérito Policial-Militar (IPM, 1964-1965) já consta no primeiro volume do IPM do ISEB, um dos primeiros inquéritos instaurados após o golpe militar (CZAJKA, 2012). Sua vida pessoal e profissional é investigada e todo seu trabalho exercido na direção da ECB é colocado sob suspeição. Tamanha era a importância de Ênio no cenário editorial na década de 1960 que ele chegou a ser convocado pelo general Golbery do Couto e Silva para uma reunião no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). A respeito desse encontro, o editor relatava:

Eu fui supondo que ia ser uma conversa formal que ia durar quinze minutos ou meia hora no máximo, e o que aconteceu foi que houve três encontros com Golbery. O primeiro durou quatro horas seguidas, o segundo também e no terceiro encontro ele apresentou seu substituto, que era um coronel que iria ficar em contato comigo. Para dar um resumo da história, ele me disse seguinte: ‘eu sei que o senhor é um adversário coerente e intransigente da Revolução, mas eu lhe chamei aqui para lhe dizer que a Revolução vê no senhor um patriota, que embora com nenhuma sintonia com nossos métodos, tem sintonia com nossos ideais. [...] Queremos que você e seu grupo venham fazer parte do nosso movimento, pois é preciso que compreendam que nós queremos salvar o Brasil, tirar o país do atraso, etc’. (VIEIRA, 1996, p. 55-56).

Um dado interessante desse campo de tensões em torno da defesa de projetos nacionalistas (das esquerdas e dos militares), é que nem o governo determinou o fechamento da editora por suas atitudes “subversivas”, nem o partido conseguiu dirigir sua linha editorial – ainda que Ênio fosse filiado ao PCB desde meados da década de 1950. Aliás, essa condição foi desde cedo colocada por Ênio como forma de evitar as intervenções do partido em sua editora. Ainda que a ECB apresentasse em suas edições uma orientação marxista ou materialista, o objetivo de Ênio, com essa postura, era conduzir os debates para além das estruturas rígidas do partido e além dos limites do nacionalismo conservador e militar. Desse modo, suas publicações estavam balizadas por uma abertura não sectária,

nas quais a propaganda institucional (dos comunistas e dos militares) não seria veiculada pela editora, nem em suas publicações.

Este posicionamento de Ênio em relação as suas edições foi um passo importante na consolidação de um mercado e de um público interessado nas temáticas de esquerda. Mas por questões que envolviam sua segurança e mesmo não ser reconhecido comercialmente como um editor do “partidão”, escolheu não vincular – ao menos explicitamente – seus negócios ao PCB ou a qualquer outro programa institucional. Essa postura distanciada e não sectária determinou praticamente toda linha editorial da ECB, enquanto ele esteve na direção da empresa.

Quanto ao problema da repressão militar e da censura às obras editadas pela Civilização Brasileira, é importante ressaltar o modo pelo qual se procedeu a intervenção militar no campo da produção cultural. A exemplo do que afirma Renato Ortiz, eram, nesse momento, censuradas peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. Segundo Ortiz, “[...] o ato censor atingia a especificidade da obra, mas não a generalidade de sua produção.” (ORTIZ, 1988, p. 114). Assim ocorreu com a editora: nunca foi colocada sob suspeição (ao menos até 1968), mas muitos de seus editados foram indiciados em IPM’s ou mesmo presos. O próprio Ênio Silveira foi detido quatro vezes entre 1964 e 1969, em virtude da publicação e tradução de obras e classificadas subversivas pelo governo militar<sup>6</sup> e um total de 13 títulos foram apreendidos e destruídos.

Além de Ênio Silveira, muitos professores, cientistas e servidores públicos foram investigados e perseguidos desde de 1964; também o meio artístico, em especial os profissionais do teatro e a da produção periódica (jornais e revistas) foram alvos de inquéritos e investigações de órgãos militares. Inúmeros manifestos foram publicados na grande imprensa, tais

---

<sup>6</sup> A última dessas prisões rendeu-lhe, inclusive um diário escrito nos dias de cárcere. As anotações desse diário foram organizados e publicados por Moacyr Félix em (SILVEIRA, 1998). Foi ainda inquirido em quatro Inquéritos Policiais-Militares: o IPM do ISEB, o IPM da Imprensa Comunista, o IPM da Civilização Brasileira e o IPM do Partido Comunista Brasileiro.

como o Manifesto Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento<sup>7</sup> e o Manifesto dos 1500: intelectuais e artistas pela liberdade<sup>8</sup>.

A prisão de Ênio Silveira motivou a publicação de um manifesto organizado por intelectuais contra a repressão, em maio de 1965. Numa das ocasiões em que depunha para um IPM, foi preso com alegação de que ele havia promovido em sua residência uma reunião com “agentes da subversão comunista”, entre eles o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, então prisão decretada pelos militares. Ênio foi detido no dia 26 de maio de 1965 e sua prisão mobilizou um grande número de intelectuais, profissionais da área cultural, cientistas, professores e amigos em torno de um manifesto publicado como matéria paga nos principais jornais de circulação nacional, no dia 30 de maio: *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*. Na época o caso foi ironicamente alcunhado pela imprensa como o “IPM da Feijoada”, por conta da iguaria servida durante a reunião que justificou a prisão do editor.

Esse manifesto, intitulado *Intelectuais e artistas pela liberdade* (1965) apresentou assinatura de 600 nomes do meio artístico e cultural, e trazia uma pequena descrição seguida da imensa lista de nomes que se solidarizaram com o pedido de liberdade do editor:

Os intelectuais e artistas brasileiros abaixo-assinados pedem a imediata libertação do editor Ênio Silveira, preso por delito de opinião. Não entramos no mérito das opiniões políticas de Ênio

---

<sup>7</sup> MANIFESTO à nação defende liberdade. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de março de 1965. Segundo Caderno, p. 32. Entre seus signatários estavam nomes de 107 pessoas como os de Paulo Francis, Carlos Heitor Cony, Alceu Amoroso Lima, Antonio Callado, Anísio Teixeira, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Diegues, Cícero Sandroni, Dias Gomes, Domar Campos, Edmundo Moniz, Edu Lobo, Fernando de Azevedo, Flávio Rangel, Flávio Tavares, Florestan Fernandes, Fortuna, Hermano Alves, João do Valle, Joaquim Pedro de Andrade, José Honório Rodrigues, M. Cavalcanti Proença, Márcio Moreira Alves, Mário Martins, Mário Pedrosa, Millôr Fernandes, Moacyr Werneck de Castro, Nelson Pereira dos Santos, Oduvaldo Viana Filho, Oscar Niemeyer, Oswaldo Gusmão, Otto Maria Carpeaux, Roberto Faria, Rui Guerra, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Cabral, Theresa Cesário Alvim, entre outros. Neste manifesto, curiosamente, não figuravam os nomes de Ênio Silveira, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré ou quaisquer outros envolvidos diretamente em inquéritos policiais-militares.

<sup>8</sup> UM DIÁLOGO incrível. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2 caderno especial, p.254. Foi uma espécie de carta aberta ao presidente de república. Esse manifesto foi preparado por alguns profissionais do teatro e reuniu um número grande de assinaturas que se solidarizava não somente com o teatro contra a censura a peças, mas com todos os produtores de cultura prejudicados pelo governo por conta do policiamento sobre suas respectivas produções. Autores e atores de teatro foram sistematicamente inquiridos e, por fim, muitos acabavam com suas montagens censuradas ou proibidas. Dentre estes inquiridos, o mais curioso foi o da atriz Glauce Rocha, interrogada acerca da montagem de *Electra*, de Sófocles, sob direção de Antonio Abujamra: o responsável pelo interrogatório perguntara a ela se conhecia Sófocles, ao que ela respondeu que sim. E para reforçar a informação foi lhe perguntado ainda se Sófocles era soviético e subversivo.

Silveira, mas defendemos o seu direito de expressá-lo livremente, direito garantido pelo artigo n. 141, § 8º da Constituição do País: 'por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum de seus direitos [...]...' (INTELECTUAIS..., 1965).

Inúmeras manifestações tornaram-se públicas devido a prisão de Ênio e nelas reivindicava-se a liberdade do editor como uma forma de solicitar, da mesma maneira, a liberdade de expressão de classe cultural e artística. Inclusive, entre setores militares houve manifestações contrárias e discordantes sobre o modo como se procedia nas investigações sobre editor – como demonstrou Elio Gaspari ao apresentar um bilhete enviado pelo presidente Marechal Castello Branco ao então ministro Ernesto Geisel:

Por que a prisão de Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo. [...] Há como que uma preocupação de mostrar 'que se pode prender'. Isso nos rebaixa [...] Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural. (GASPARI, 2002, p. 231).

Desse episódio, aliás, surgiu a oportunidade do próprio Ênio discorrer sobre o controle militar face às produções culturais no regime de 1964. Sua estratégia de protesto foi a publicação de epístolas dirigidas ao então presidente da república, numa tentativa de estabelecer um diálogo, assim como marcar posição frente aos procedimentos adotados por aquele governo durante as investigações policiais sobre os produtores culturais.

O fato é que as epístolas dirigidas ao marechal Castello Branco contribuíram para a intervenção de Ênio também como um intelectual crítico e não somente o editor, proprietário de sua casa editorial. Seu envolvimento com as questões relativas à censura e à repressão através das epístolas o colocou como um intelectual visado e perseguido pelo regime militar, chegando à situação extrema de sua empresa sofrer inúmeras restrições políticas e orçamentárias – como a não aprovação de financiamento destinado ao custeios de suas edições.

As epístolas – publicadas na Revista Civilização Brasileira no ano de 1965 – reforçaram a figura do intelectual como um agente capaz de condensar em si o engajamento e a expressão da liberdade individual pela opinião. Um sujeito que se apresentava não à sombra de uma instituição política ou partidária, mas a partir da noção e da necessidade de colocar em relevo a liberdade por meio do debate e da reflexão. Numa análise do perfil intelectual de Ênio, Luiz Renato Vieira atenta para essa perspectiva individual do editor e a importância de seus pronunciamentos naquele contexto de organização das esquerdas e a projeção da figura do intelectual de esquerda naquela conjuntura de militarização. Segundo Vieira (1996, p. 105-109),

[...] as célebres Epístolas ao Marechal são textos de grande importância por dois motivos fundamentais. Por um lado, por sintetizar, numa linguagem direta, o espírito de denúncia que presidiu os primeiros volumes da RCB, servindo como uma medida do impacto do golpe de Estado sobre uma sociedade que, malgrado as características populistas do período que antecedeu a ditadura, se encontrava num nível elevado de mobilização popular por questões sociais e econômicas.

Por outro lado, no que se refere às peculiaridades do campo intelectual e particularmente à inserção de Ênio Silveira – que escreve as Epístolas em primeira pessoa. [...] Mais do que nos informar quanto às formas de participação do editor no campo intelectual, as epístolas permitem compreender a inserção pretendida pelo responsável pela RCB no debate político da época e, também, o interesse em estabelecer uma discussão com o poder instituído.

Tais questões, entretanto, eram de natureza subjetiva e refletiam o processo de organização das forças, fragmentadas e dispersas no terreno da política. Ou seja, mais que expressão de um programa de resistência ou de um movimento consolidado por diretrizes políticas, a manifestação da Ênio Silveira sintetizava a expressão das *formações culturais* de esquerda que se desenhavam no horizonte daquela geração de intelectuais, artistas e demais produtores culturais. Apesar de suas cartas adensarem o discurso de oposição e transparecerem uma certa unidade das esquerdas no exercício da reflexão e da crítica ao militarismo e à repressão, nota-se que o ato

deliberado de Ênio restringiu-se ao circuito de seus próprios leitores – daí a pertinência de Roberto Schwarz em asseverar a “relativa hegemonia cultural de esquerda”. A relatividade dessa posição hegemônica confirma-se na medida em que entendemos que as *formações culturais* (WILLIAMS, 1992, p. 85) são capazes de exprimir a heterogeneidade que constituiu aqueles “grupos” de intelectuais e artistas.

Heterogeneidade que encontrou lastro profícuo com uma determinada *estrutura de sentimento* (WILLIAMS, 2011, p. 43-68) própria daquela geração que construiu diferentes formas de oposição ao militarismo, ao mesmo tempo em que construía e organizava seus espaços específicos de representação (SAID, 2005, p. 19-36). Dimensões perceptíveis em vários artigos, ensaios e cartas, assim como as próprias epístolas ao marechal Castello Branco. Ênio Silveira, ao se referir a Castello Branco, por exemplo, demonstrava suas intenções como “cidadão-intelectual” e justificava o modo pelo qual o fazia:

Acredito que seus muitos afazeres [os de Castello Branco], antes e depois do movimento insurrecional que o conduziu à chefia da Nação Brasileira, não lhe tenham permitido tomar conhecimento de um livro curioso, cuja leitura me parece recomendável a todo chefe de governo [...]. Trata-se de *The Presidential Papers*, de Norman Mailer [...]. É um volume de trezentas e tantas páginas, reunindo várias cartas-relatório (papers, como as classifica Mailer, por entendê-las documentos de uma assessoria voluntária, não solicitada, mas nem por isso menos válida ou oportuna) endereçadas publicamente ao presidente John Fitzgerald Kennedy por intermédio de várias revistas em que o autor colaborava [...]. Nesses documentos, em forma de epístola, os mais variados temas são livremente desenvolvidos e investigados: delinquência juvenil, preconceito racial, direitos civis, política externa, [...] liberdade de opinião, a esquerda nos Estados Unidos, o campeonato mundial de boxe, etc., sempre com o intuito de oferecer ao presidente Kennedy uma visão informal, antipalaciana, quase audaciosa dos problemas nacionais e internacionais. (SILVEIRA, 1998, p. 18).

A questão central nesse relato de Ênio era, além de demonstrar o posicionamento de suas intenções e de sua tarefa como interlocutor junto ao presidente, considerar o aspecto – novamente reafirmado – da

formação de um “grupo” de intelectuais que ainda não havia formulado um projeto unificado, a partir do qual todos os seus agentes pudessem igualmente se pronunciar. Assim, a primeira epístola, intitulada *Sobre o delito de opinião*, revelava essa representação individual do intelectual que, na forma de um extenso depoimento, atestava a formação heterogênea, múltipla e não sectária destas formações culturais das quais participavam intelectuais e artistas. Ênio, continuando o relato, descrevia sua atuação, suas experiências e em alguns momentos ressaltava sua formação política e ideológica. A epístola prosseguia com certa pessoalidade e considerando os fatos e as informações sempre na primeira pessoa. No que se referia a sua formação político-ideológica, é interessante o modo como ele se reportava ao Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)<sup>9</sup>:

Liguei-me a escritores e artistas que se entendiam afastados, como eu, de especulações meramente acadêmicas e idealistas, cidadãos que também estavam dispostos a fazer alguma coisa, abandonando de uma vez por todas posições ora conformistas, ora pessimistas, ora indiferentes. De nossos debates e esforços conjuntos surgiu a ideia de organizar um movimento sistemático, que trouxesse o concurso dos homens de pensamento e cultura aos centros de decisão da vida nacional, tradicionalmente manipulados por figuras de visão imediatista e estreita. Essa iniciativa, sob o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, mereceu logo o apoio de centenas de escritores, artistas, professores, estudantes e estava a caminho de sua estruturação jurídica quando foi interrompida pelo movimento insurrecional de que o senhor fez parte. (INQUÉRITO..., 1964-1965).

Essa fase de indefinições quanto ao sentido político e ideológico das organizações de esquerda, do choque com as novas formas de produção e reprodução culturais, marcaria o início da chamada resistência ao “terrorismo cultural”<sup>10</sup>. Fase em que a constituição de símbolos da resistência fizeram-se politicamente através das produções artísticas e culturais, colocando em debate a construção de um conceito de democracia que considerasse a complexa conjuntura de organização das esquerdas no campo da cultura. Daí a importância, nas epístolas de Ênio, do debate sobre a liberdade de

<sup>9</sup> Sobre o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), consultar: Czajka (2011).

<sup>10</sup> Discussão sobre o “terrorismo cultural”, consultar Czajka (2014).

opinião, mesmo num regime autoritário. Liberdade essa, fundada na livre expressão e criação artística e cultural. Isso ficou acentuadamente marcado quando Ênio dirigia-se a Castelo Branco dizendo:

Pois bem, Sr. Marechal: chegamos aqui ao motivo principal desta epístola, que é precisamente o da liberdade de opinião. [...] De fato, admitamos que muitas das violências e injustiças clamorosas dos primeiros meses foram fruto da euforia punitiva que dominou os vencedores. Esqueçamo-nos por instantes, apenas para encaminhamento de raciocínio, das centenas de vítimas do Ato Institucional, da demissão em massa de professores universitários, da aposentadoria ou demissão sumária de funcionários públicos, da reforma de tantos oficiais de nossas Forças Armadas, todos perseguidos e punidos pelo crime de terem pensado. [...] Pensemos nos três rapazes, coautores da série de livros intitulada História Nova, que ficaram presos durante semanas e semanas, por capricho de misteriosas autoridades, acusados de crime de opinião. Pensemos nos livros que estão sendo apreendidos em vários pontos do território nacional pelos agentes da Polícia de Segurança ou pelo próprio Exército Brasileiro. (SILVEIRA, 1998, p. 25).

A questão da liberdade de opinião centrou tanto a primeira epístola (“Sobre o delito de opinião”) quanto a segunda (“Sobre a vara de marmelo”), ainda que esta se detivesse na análise das eleições estaduais, no ano de 1965. Nas duas epístolas ficavam evidente a necessidade do editor em tecer suas considerações a partir de um enfoque pessoal e das experiências vividas por ele em sua condição de intelectual e empresário do ramo editorial. Interessante que essa condição não era oculta no texto, pelo contrário, estava ressaltada como a única forma de fazer oposição ao regime ou pelo menos incitar o debate sobre a repressão à produção cultural. Continuava:

Sou obrigado a voltar, Sr. Marechal, ao trato do caso pessoal, para exemplificar melhor. Desde o movimento insurrecional, várias coisas me aconteceram: a) meus direitos políticos foram suspensos por dez anos, pelo Ato Institucional, sem que eu tenha tido oportunidade de me defender; b) já fui submetido a cinco IPMs, sendo reinquirido em dois deles; c) fui alvo de um processo criminal, no Estado da Guanabara, acusado de “crime

de subversão”; d) fui preso durante nove dias, como suspeito de “crime de subversão”; e) livros editados por minha empresa têm sido apreendidos em vários pontos do território nacional, sob a alegação de que são ou podem ser “subversivos”. E por que tudo isso? Porque autoridades maiores ou menores, subordinados a seu governo, Sr. Marechal, não podem admitir que um homem como eu, cujas origens sejam burguesas, pertença – estatisticamente – àquele percentual mínimo de nossa população que constitui as chamadas classes dominantes, tenha as ideias que defendo e aja em função delas. Não podem entender, igualmente, que a editora Civilização Brasileira esteja trabalhando no intenso ritmo atual movimentada apenas por seus próprios recursos financeiros, proporcionados e a cada instante ampliados pela aceitação popular dos livros que edita. (SILVEIRA, 1965, p. 3-4).

Note-se que a liberdade de opinião, seja em relação ao PCB ou ao governo militar, permeou o projeto editorial da ECB. Apesar dela resultar da articulação de pequenos núcleos intelectuais e de artistas sem vínculos institucionais ou partidários, a produção da ECB apontava para uma institucionalização legitimada no seu potencial de aglomeração das mais variadas tendências políticas e ideológicas – daí a heterogeneidade expressa pela ideia de *formações culturais*.

A dinâmica política do regime, o salto de modernização capitalista ocorrido no período e, por último, porém não menos decisivo, as percepções, ideias e utopias presentes na heterogênea e briguenta família oposicionista, definiram o modo pelo qual tais experiências foram vividas nas fronteiras imprecisas entre o público e o privado.

No caso de Ênio e sua ativa intervenção através dos textos que assinava, talvez desse prosseguimento à publicação das cartas dirigidas ao presidente de República, pois não foi sua prisão que o privou disso. Outro fator mais complexo privou não somente Ênio, mas uma série de intelectuais de manifestarem suas opiniões no segundo semestre daquele ano: a edição do Ato Institucional nº 02, em 27 de outubro de 1965. A editora, como foi visto anteriormente, sofreu uma onda de choque com a promulgação do AI-2. Aliás, segundo depoimentos de alguns amigos, foi em virtude do AI-2 que Ênio, que não era filiado ao PCB, decidiu-se definitivamente pela filiação. Conforme relato de Carlos Heitor Cony,

Depois que demoliram o prédio da Sete de Setembro, Ênio foi para uma sala na Avenida Central junto com Paulo Francis e o Joaquim Inácio Cardoso. Esse grupo começou a tocar a Civilização. Então Ênio fez um jornal chamado Reunião, saíram dois números, com o mesmo grupo. [...] Aí veio o AI-2 e o grupo da Civilização se dispersou ideologicamente. O Ênio fez a escolha dele, entrou para o Partidão, e muita gente se afastou dele. (VIEIRA, 1996, p. 11).

Entre os anos de 1965 e 1967 foram inúmeras as manifestações de intelectuais em defesa do resguardo individual de expressão e criação artísticas. Como se constata em muitos dos artigos, matérias, comentários e até mesmo manifestos, havia projetos para uma ação conjunta na forma de uma “frente ampla” pela cultura. Ênio esteve mergulhado nessa proposta, absorvido pelas tensões e os conflitos vivenciados por aqueles que partilhavam dos mesmos anseios e projetos na esfera da produção cultural. Sua importância esteve, justamente, no modo como conseguiu coadunar, numa só campanha intelectual, a estrutura empresarial de seus negócios e os princípios político-ideológicos que nortearam sua militância. Sua presença foi fundamental para um conjunto de outros intelectuais que viam nele a representação intelectual da liberdade e da realização plena do mundo da cultura, contundente e sem amarras.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, H. A esquerda festiva. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 1 jul. 1965.
- BRUNNER, J. J. *América Latina: cultura y modernidade*. México: Grijalbo, 1992.
- CZAJKA, R. Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a formação das esquerdas culturais na década de 1960. *Revista Temáticas*, Campinas, n. 37/38, p. 57-80, 2011.
- CZAJKA, R. Intelectuais, imprensa e o delito de opinião (1964-1965). In: FREITAS, A.; KAMINSKI, R.; EGG, A. (org). *Arte e política no Brasil: modernidades*. São Paulo: Perspectivas, 2014. p. 259-288.
- CZAJKA, R. Les enquêtes militaro-policières et la construction de la subversion dans les milieux intellectuelles au Brésil. In: REIS, D. A.; ROLLAND, D. (org.). *Modernités nationales, modernités importées: entre ancien et nouveau monde (XIXe-XXIe siècle)*. Paris: L'Harmattan, 2012. p. 78-95.

- CZAJKA, R. Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 35, p. 95-117, 2010.
- FICO, C. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GASPARI, H. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EdUSP, 1985.
- INQUÉRITO Policial-Militar n. 481. Depoimento de Ênio Silveira. *IPM do ISEB*, Brasília, DF, v. 11, 1964-1965.
- INTELECTUAIS e artistas pela liberdade. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 30 maio 1965.
- MOTTA, R. P. S. M. *As universidades brasileiras e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, M. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2013.
- NAPOLITANO, M. *Coração civil: a virada cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985): um ensaio histórico*. São Paulo: Intermeios, 2017.
- ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SAID, E. *Representações do intelectual: conferências de Reith*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SCHWARZ, R. Cultura e política: 1964-1969. In: SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 1978. p. 61-93.
- SILVEIRA, Ênio. Epístolas ao Marechal Castelo Branco: sobre o delito de opinião. In: SILVEIRA, Ênio. *Arquiteto de liberdades*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998. p. 165 - 167.
- SILVEIRA, Ênio. Sobre a vara de marmelo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 3-8, set. 1965.
- STEPHANOU, A. A. *Censura no regime militar e a militarização das artes*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.
- SZWAKO, J.; ARAÚJO, R. Quando novos conceitos entraram em cena: história intelectual do “populismo” e sua influência na gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 469-499, maio/ago. 2019.

VIEIRA, L. R. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília. 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1996.

WILLIAMS, R. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.